



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO DE EDUCAÇÃO A
DISTÂNCIA – PROEAD
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FELIPE QUEIROZ FONSECA NETO

**GESTÃO PARTICIPATIVA - VISÃO DOS VEREADORES DE CATOLÉ DO ROCHA
– PB SOBRE ESSE MODELO DE GESTÃO.**

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2014**

**GESTÃO PARTICIPATIVA - VISÃO DOS VEREADORES DE CATOLÉ DO ROCHA
– PB SOBRE ESSE MODELO DE GESTÃO.**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) III – Gestão Municipal, semestre 2014.2.

Orientador: Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa

**CATOLÉ DO ROCHA – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F676g Fonseca Neto, Felipe Queiroz
Gestão participativa: [manuscrito] : visão dos vereadores de
Cataolê do Rcoha - PB sobre esse modelo de gestão / Felipe
Queiroz Fonseca Neto. - 2014.
29 p. : il.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração Pública EAD) - Universidade Estadual da Paraíba,
Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância,
2014.
"Orientação: Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa,
Secretaria de Educação à Distância".

1. Gestão participativa 2. População 3. Vereadores I. Título.
21. ed. CDD 344.02

FELIPE QUEIROZ FONSECA NETO

GESTÃO PARTICIPATIVA - VISÃO DOS VEREADORES DE CATOLÉ DO ROCHA
- PB SOBRE ESSE MODELO DE GESTÃO.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Curso de Administração Pública, modalidade de ensino a distância, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Bacharel em Administração Pública, Linha de Formação Específica (LFE) III – Gestão Municipal, semestre 2014.2.

Aprovada em: 06/22/2014.

BANCA EXAMINADORA

Sousa

Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Glauçira Pereira Barbosa

Profa. Ma. Glauçira Pereira Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Vagner Brito de Lima

Profa. Ma. Vagner Brito de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus, minha esposa Mônica Luiza Alves Dantas e minha filha Mariana de Mesquita Fonseca, por todos os momentos de compreensão, apoio, tolerância e motivação, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são dirigidos aos meus pais, que jamais se esquivaram em iluminar meus passos e sempre me mostraram o valor do aprendizado como alicerce para ser um ser humano melhor.

A minha família e amigos que acreditaram na realização desse sonho, um valoroso caminho de aprendizagem, crescimento humano e profissional.

Ao meu professor e tutor Alexandre Ramos, pelo apoio, estímulo, compreensão e paciência.

Ao professor Carlos Garcia e todos os outros professores que estiveram conosco esses quatro anos, pelo comprometimento e doação.

A professora – orientadora, Dra. Francinete Fernandes de Sousa, pela atenção e responsabilidade para com o trabalho realizado.

Aos colegas, pelas excelentes conversas que mantivemos por todo o curso, na busca de encontrarmos sentido nas coisas do mundo.

Aqueles que não pude destacar e que contribuíram para a realização deste trabalho, minha gratidão e desejo de que jamais lhes falte a mão de Deus em suas caminhadas.

É preciso que não tenham medo de dizer alguma coisa que possa ser considerada como erro. Porque tudo que é novo, aparece aos olhos antigos como coisa errada. É sempre nesta violação do que é considerado, certo, que nasce o novo e há a criação. E este espírito deve ser redescoberto pela juventude brasileira. (Mário Schenberg)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	REVISÃO DE LITERATURA	11
	2.1 CONTEXTO HISTORICO.....	11
	2.2 O VEREADOR.....	12
	2.3 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO.....	13
	2.4 GESTÃO PARTICIPATIVA.....	14
3	METODOLOGIA	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	18
5	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	25
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	27
	ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO	29

GESTÃO PARTICIPATIVA - VISÃO DOS VEREADORES DE CATOLÉ DO ROCHA – PB SOBRE ESSE MODELO DE GESTÃO.

NETO, Felipe Queiroz Fonseca¹
SOUSA, Francinete Fernandes de²

¹ Acadêmico do Curso de Administração Pública – UEPB.

² Docente do Curso de Administração Pública – UEPB.

RESUMO

A utilização da Gestão Participativa tem sido uma ferramenta de estudo e aplicação nas diversas organizações da sociedade. A partir das ferramentas de participação, tem-se procurado cada vez mais, a utilização de formas de gestão que possam garantir o maior desenvolvimento das instituições. Diante das considerações o presente trabalho tem como objetivo conhecer o ponto de vista dos vereadores a respeito das práticas de gestão participativa e sua aplicabilidade no município de Catolé do Rocha – PB. A pesquisa realizada pode ser classificada quanto aos seus fins como descritiva e exploratória, quanto aos meios como documental e qualitativa. O universo da pesquisa foi composto por 08 vereadores no quadriênio 2012 a 2016. Foi aplicado um questionário aos vereadores visando à obtenção de informações sobre a opinião dos mesmos a respeito da gestão participativa, o entendimento por parte destes sobre a existência ou não da gestão participativa no município e onde é utilizada, o que melhora na administração da câmara municipal e na prefeitura com a implantação da gestão participativa, entre outras informações. Observou-se que o uso da gestão participativa como agente de contribuição do desenvolvimento é importante, mas percebe-se, que não há uma concordância total por parte dos gestores, e sim, parcial, de como utilizá-la e adotar essas práticas no município. Conclui-se que ainda há uma grande falta de conhecimento do que realmente é uma Gestão Participativa, não só para os gestores, mais para toda a população e os benefícios que essa gestão traria para o desenvolvimento do município.

Palavras chave: Gestão Participativa. População. Vereadores.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 definiu o conceito de município no cenário político, ao torná-los entes federados com constituições próprias e ao dar-lhes autonomia político-jurídica.

O momento em que vivemos caracteriza-se por transformações em todas as áreas, sejam econômicas, políticas e de modo especial, junto às relações de convivência humana, expressadas no processo de globalização, nos progressos tecnológicos e científicos, nos conflitos culturais, na busca por uma utilização melhor dos recursos naturais, na necessidade da aprendizagem contínua, dentre tantas outras. As transformações mencionadas representam desafios para os indivíduos, organizações e sociedade, que precisam se adaptar a ambientes cada vez mais complexos, instáveis e imprevisíveis (BASTOS, 2007).

Nessa situação, a sociedade e as organizações estão sendo incentivadas a rever seu papel na vida de cada ser humano. A frente dessas organizações os indivíduos são provocados a entender os desafios das organizações, pensarem sobre as mudanças, e ao mesmo tempo agir de modo participativo no sentido de facilitar tais mudanças.

A utilização da Gestão Participativa tem sido uma ferramenta de estudo e aplicação nas diversas organizações da sociedade. A partir das ferramentas de participação, tem-se procurado cada vez mais, a utilização de formas de gestão que possam garantir o maior desenvolvimento das instituições. Nessa situação, temos como objetivo envolver cada vez mais as pessoas interessadas, que comprometidas e motivadas, passam a ter um espaço relevante no processo de tomada de decisão em ambientes mais democráticos (BELTRÃO, 2006).

A cada dia, diversas fontes e variadas formas de participação se manifestam por meio de diversos grupos, formais e informais, associações de bairros, movimentos ecológicos, diversos tipos de comunidades, grupos de voluntários, agremiações recreativas e estudantis e Organizações Não-Governamentais – ONGS. Tamanha diversidade demonstra que o interesse por participar, de alguma forma, dos acontecimentos, tem aumentado no Brasil e no mundo (VIDAL ET AL, 2004).

A gestão participativa é, portanto, uma necessidade e uma condição necessária para o entender como é a realidade atual. A participação não deve ser

vista somente como um instrumento necessário para a solução dos problemas, mais sim, como uma necessidade de o homem viver em sociedade, de criar, de realizar e de contribuir com novas formas de conhecimentos.

Diante das considerações o presente trabalho tem como objetivo conhecer o ponto de vista dos vereadores a respeito das práticas de gestão participativa e sua aplicabilidade no município de Catolé do Rocha – PB.

Ao atuar como vereador no município, senti a necessidade de tornar a gestão municipal de Catolé do Rocha (Prefeitura e Câmara) mais participativa, buscando através da opinião dos outros vereadores do município, identificar o conhecimento dos vereadores sobre a temática gestão participativa, bem como sua percepção em relação a sua contribuição para desenvolvimento do município; Levantar práticas de gestão participativa efetivadas no município e apontar a importância atribuída a possíveis práticas de gestão participativa a serem adotadas no município.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO¹

Os historiadores mostram a descoberta destas terras, com os primeiros habitantes, presumivelmente, os índios Pegas (ou Degas), Coyacus e Cariris, nos fins do século XVII. As bandeiras do governo Geral, capitães Paulistas, matavam os índios requerendo sesmarias de três léguas de comprimentos por uma de largura. Eram eles, os Garcia D'Ávila, Rocha Pita e os Oliveira Ledo que povoaram principalmente a região do rio Agon.

A história registra, no entanto a presença de habitantes e fazendas de gado desde 1700, quando Dona Clara Espínola, o Conde Alvor, Manoel da Cruz, Bartolomeu Barbosa requerendo a sesmaria de três léguas para cada um entre os providos de Poty e Riacho dos Porcos e do meio, o governo de então concede a Dona Clara Espínola e Bento Araújo, terras no sertão de Piranhas e Riacho Agon ou Ogon.

Em 1717, Dona Clara solicita mais três léguas atingindo a corrente fértil, tendo início da colonização desde 1769.

Em 1754, Francisco Dom Vital, descendente de Teodósio de Oliveira Ledo, chega à região, estabelecendo-se as margens do riacho Agon.

O Tenente Coronel Francisco da Rocha Oliveira, consagrado colonizador nesses sertões nordestinos, atraído pelas colonizações, chegou a esta região no ano de 1774. O território compreendia uma extensão de aproximadamente 5.400 km².

Foi com a chegada do Cel. Francisco da Rocha e sua esposa, a Sra. Brásida Maria da Silva, que a população do nosso município foi iniciada, às margens do Riacho Agon.

Francisco da Rocha explorou as terras que lhe cabiam, organizando plantações, construindo casas residenciais, fazendas de gado, como também a construção de uma capela – denominada Capela do Rosário - no local onde hoje é a Avenida Deputado Américo Maia. A capela, que ficava próxima onde hoje é o Banco do Nordeste, anos depois, foi demolida para abertura de novas avenidas e,

¹ Informações extraídas do site da Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha.
<<http://www.catoledorochoa.pb.gov.br/acidade/historia>>. Acesso em: 15 de novembro de 2014

consequentemente, construída a Igreja Matriz, sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios, padroeira da cidade.

A autonomia administrativa de Catolé do Rocha começa a se concretizar em 1835 quando o então Governador Manoel Maria Carneiro, presidente da província da Paraíba, através da Lei Provincial Nº 5, de 26 de maio de 1835, cria a Vila Federal de Catolé do Rocha.

Em 1935, 100 anos depois, Catolé do Rocha, ganha a sua almejada independência administrativa pelo Decreto de 21 de janeiro de 1935, deixando de ser Vila e passando a ser cidade.

Católé do Rocha recebeu este nome em homenagem ao seu fundador que tinha Rocha como sobrenome; e Catolé pela existência de muitas palmeiras na região denominada “Coco Catolé”.

Católé do Rocha possui uma área de 552.112 (quinhentos e cinquenta e dois mil cento e doze) km², conta com uma população estimada em 2014 de 29.900 (vinte e nove mil e novecentos) habitantes (IBGE, 2014).

A cidade de Catolé do Rocha é uma das cidades polos mais importante do Sertão Paraibano, cercada por vários municípios que dependem de sua estrutura para desenvolverem. Ela conta hoje com um acentuado processo de industrialização, tendo sido criado diversas empresas de pequeno porte, na área têxtil, calçadista e de alumínio, desenvolvendo assim consideravelmente a economia do município. Possui o título da cidade mais verde da Paraíba. Na Educação, além das escolas públicas, tanto estaduais como municipais, conta com várias escolas particulares, entre elas, podemos destacar o Colégio Normal Francisca Mendes, Colégio João Agripino Filho e Colégio Técnico Dom vital, além, de um campus da UEPB, onde se localiza a Escola Agrotécnica do Cajueiro.

Católé do Rocha é berço de famílias influentes no estado da Paraíba e do vizinho estado do Rio Grande do Norte, onde atuam até hoje na política, economia e outros setores sociais.

2.2 O VEREADOR

A Câmara de Vereadores exerce a função do poder legislativo na esfera municipal. Os vereadores são eleitos através do voto direto, cujo mandato tem duração de quatro anos, sendo a reeleição ilimitada. A quantidade de membros

desse cargo político é estabelecida através do contingente populacional de cada município (quanto mais habitantes, maior será o número de vereadores de uma cidade). Contudo, foi estabelecido um número mínimo de 9 e um máximo de 55 vereadores por município (LOPEZ, 2001).

O vereador é o membro do Poder Legislativo do município, onde desempenha como funções, as tarefas de legislar e de exercer o controle externo do poder executivo.

O vereador elabora, aprecia, altera ou revoga as leis de interesse para o bom funcionamento do município. Essas leis podem ser feitas pela própria câmara ou encaminhadas por iniciativa do prefeito.

A função fiscalizadora está relacionada com o controle parlamentar, isto é, a atividade que o poder legislativo exerce para fiscalizar o executivo. O controle parlamentar diz respeito ao acompanhamento, por parte do Legislativo, da implementação das decisões tomadas no âmbito do governo e da administração (CGU, 2009).

A Câmara tem também outras funções, que são: administrativa e judiciária.

Na sua função administrativa, a câmara gerencia seu próprio orçamento, seu patrimônio e seu pessoal. A câmara também exerce uma função administrativa quando organiza seus serviços, como a composição da mesa diretora, a organização e o funcionamento das comissões. A câmara exerce uma função judiciária, tendo importante papel de processar e julgar o prefeito por crime de responsabilidade, além de julgar os próprios vereadores, inclusive o presidente da câmara, em caso de irregularidades, desvios éticos ou falta de decoro parlamentar (CGU, 2009).

2.3 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A noção ou ideia da democracia surgiu na Grécia antiga, tendo como significado, governo (ou poder) do povo. A democracia era exercida pelo próprio povo que detinha o poder político, deliberando sobre seus problemas e encontrando, por si mesmo, as soluções cabíveis (MULLER, 2000).

Pode-se dizer que a democracia é instituída em um país por meio de regras que estabelecem quem tem autorização para tomar as decisões de interesse da coletividade, em quais momentos isso é válido e quais são os canais legítimos para

esse fim. É por meio da democracia que se garante a participação política de cada cidadão, a livre associação, a escolha de grupos dirigentes e de nossos representantes no governo, e a proteção da vida individual. E, mais, é por tais meios que se define a destinação dos recursos públicos e o sentido das políticas de estado com efeitos diretos sobre as múltiplas dimensões da vida em sociedade (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

A democracia diz respeito à ideia de governo do povo, de doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição igualitária do poder. Trata-se, da democratização das instituições públicas ou estatais, da sociedade civil e das relações entre estas. A busca da cidadania é vista como criação das condições que permitam a todos exercer poder no âmbito da gestão pública, e que tem como necessidade a qualificação política dos cidadãos, possibilitando o maior número de pessoas que detenham a capacidade de interferir politicamente na resolução dos problemas coletivos, estabelecerem as finalidades ou objetivos que devem ser alcançados através da gestão pública e formular, fiscalizar e executar projetos, programas e políticas públicas (CALADO, 2000).

2.4 GESTÃO PARTICIPATIVA

Necessidade de informação é um conceito muito duvidoso e difícil de definir, e avaliar, pois implica em um processo de busca de conhecimento que pode ocorrer em diferentes níveis de consciência, pode inclusive não estar claro para o próprio usuário. Porém, é evidente que a necessidade de informação é uma parte importante do processo criativo, e, em algumas condições, a necessidade de informação não pode ser especificada claramente porque não está disponível ou simplesmente porque o usuário não tem consciência desta necessidade e não é capaz de expressá-la (PAIM, 1998).

Por isso a grande necessidade de buscar através dos vários meios possíveis de informação, fazer a população conhecer melhor o que gestão participativa, sua finalidade e aplicação no meio em vivemos.

Sabemos que já é muito grande o repertório de experiências principalmente no âmbito do poder local, de introdução da gestão participativa nos espaços de discussão e decisão de políticas públicas, a exemplo dos conselhos gestores e dos orçamentos participativos. Sabemos também que, na maioria dos casos, a

participação ocorre por intermédio do instrumento da representação (LÜCHMANN, 2007).

A adequação da gestão participativa é reforçada a partir da Constituição de 1988, destacando-se o desenvolvimento de práticas que abrem espaço para a democracia participativa (SANTOS & AVRITZER, 2002). As mudanças ocorridas na sociedade civil, desde meados da década de 1980, reflete no aumento do associativismo e na presença dos movimentos sociais organizados que buscam a construção de espaços públicos (COSTA, 2002). Na década dos 90, a participação popular transforma-se no referencial de ampliação de possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos.

Segundo Avritzer e Navarro (2003), a real participação da população nos processos decisórios, como é o caso do orçamento participativo vem se constituindo como um mecanismo ampliado de participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Isto mostra um esforço crescente das instituições para que sejam atendidas as demandas da sociedade. Trata-se de processar demandas e pressões e de programar mecanismos formais que contemplem tanto os setores organizados e mobilizados estimulando a adequação das instituições, respeitando a autonomia e a auto-organização, como o envolvimento de todos os setores. Este processo de inovação social é definido como uma inovação entendida como uma prática societária de negociar abertamente o acesso a bens públicos que se torna um desenho participativo institucionalizado, por ele denominado de "públicos participativos".

A radicalização da democracia que alarga os direitos de cidadania no plano político e social começa a substituir práticas das elites e o seu particularismo por formas ampliadas de discussão e tomada de decisão. Assim, neste processo de gestão participativa através do ingresso da cidadania organizada na máquina do estado, os participantes podem conhecer seu funcionamento e seus limites. Isto estimula a construção de uma relação de co-responsabilização e de disputa, visando produzir consensos cada vez com mais qualidades (AVRITZER; NAVARRO, 2003).

Para Giddens (1992), a gestão descentralizada, integrada, colegiada e participativa, ainda está no seu início, e as dificuldades são significativas e diferenciadas. A possibilidade efetiva de mudança e os desafios que se apresentam

para a implementação de práticas participativas estão intimamente relacionados com o papel dos gestores.

Existe certa confusão na legislação, que por um lado abre os espaços para a participação da sociedade civil, mas supõe certo acesso às informações técnicas. Observa-se que, apesar dos avanços, a Lei nº 9.433/97 coloca em primeiro plano a importância do corpo técnico-científico e do conhecimento por ele produzido nas relações de força no interior dos espaços decisórios, o que limita o envolvimento da comunidade nas atividades. Assim, mantém o poder decisório entre os que detêm o conhecimento técnico-científico. As mudanças em curso representam uma possibilidade efetiva de transformação da lógica de gestão da administração pública nos estados e municípios, abrindo um espaço de conversas e discussões muito mais complexas, e ampliando o grau de responsabilidade de segmentos que sempre tiveram participação na gestão pública (GIDDENS, 1992).

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada pode ser classificada, segundo Vergara (2000), quanto aos seus fins como descritiva e exploratória. O modelo descritivo foi usado para que pudéssemos descrever a opinião dos vereadores quanto à gestão participativa no Município de Catolé do Rocha, PB, e exploratória por abordar um tema cujos conhecimentos ainda são relativamente pouco sistematizados, portanto, carente de análises mais detalhadas. Quanto aos meios, a pesquisa caracteriza-se como documental, por se valer de informações publicadas sobre gestão participativa; bibliográfica, para permitir elaboração de referencial teórico.

Para o desenvolvimento deste estudo, também foi utilizada a metodologia qualitativa, por favorecer o conhecimento de crenças e valores do indivíduo, permitindo compreender o significado das ações e das relações humanas. Isso proporciona o conhecimento da dinâmica e da estrutura da situação em estudo sob o ponto de vista de quem a vivencia (MINAYO, 1992).

O universo de pesquisa foi composto por 08 vereadores de Catolé do Rocha - PB, no quadriênio 2012 a 2016, que aceitaram participar da pesquisa ficando apenas 02 vereadores sem aceitar a sua participação de um total de 10 vereadores. Estes vereadores foram informados sobre o objetivo desta pesquisa. A maioria dos participantes prontamente assinaram a declaração de consentimento (ANEXO A), seguindo a resolução 196/96 do Comitê de Ética para pesquisas envolvendo seres humanos.

A coleta foi realizada durante a primeira semana de novembro de 2014, após a sessão na câmara de vereadores.

Para a coleta de dados, houve o contato inicial com todos os vereadores da cidade, especificamente com o presidente da câmara, que aprovou a metodologia proposta para a coleta de dados na Câmara de vereadores, possibilitando a execução da parte prática.

O uso do questionário (APÊNDICE A) aplicado aos vereadores visou à obtenção de informações sobre a opinião dos mesmos sobre gestão participativa, o entendimento por parte dos vereadores sobre a existência ou não da gestão participativa no município e onde é utilizada caso haja, o que melhora na administração da câmara municipal e na prefeitura com a implantação da gestão participativa, entre outras informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De um total de 10 vereadores, apenas 02 não aceitaram participar da pesquisa. Dos 08 que aceitaram participar, todos eram do sexo masculino, com idades entre 33 a 65 anos.

No que se refere as profissões, à amostra foi composta por Servidor Público (01), Comerciantes (04), Técnico em Agropecuária (01), Advogado (01) e Agricultor (01).

Percebe-se que os mandatos como vereador variam entre 01 a 5 mandatos.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes (n=08)

Variáveis	Percentuais
Sexo	08 Masculino
Idade	Homens na faixa etária de 33 a 65 anos
Profissão	01 Servidor Público 04 Comerciantes 01 Técnico em Agropecuária 01 Advogado 01 Agricultor
Mandatos	03 – 01 Mandato 03 – 02 Mandatos 02 – 05 Mandatos

No questionário aplicado aos vereadores, foi perguntado qual seu entendimento sobre gestão participativa. Pode-se notar que as respostas foram todas no sentido de que gestão participativa diz respeito à participação da população, onde ela tem voz para influenciar nas decisões da administração pública. Conforme transcrição das falas dos vereadores (V) abaixo:

“Como o nome sugere, deve ser uma gestão em que todos que participam de uma administração possam ter vez e voz nas conversas” (V1).

“Quando a participação através de opinião nas questões” (V2).

“É aquela em que o gestor discute com a sociedade os problemas existentes no município e coletivamente procura formas de solucioná-los” (V3).

“Onde a participação da população nas decisões da administração públicas” (V4).

“Onde a representação de classes tem direitos a voz e participa das decisões coletivas” (V5).

“É a gestão que a população participa diretamente nas decisões de cunho legislativo e executivo” (V6).

“Gestão e democracia participativa corresponde na participação da sociedade como um todo nos espaços de poder e função, como exemplo da câmara legislativa, participação nas iniciativas do orçamento participativo e da legislação participativa” (V7).

“É um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre políticas públicas, orçamento através de assembleias abertas” (V8).

Ao questionar aos participantes da pesquisa sobre a existência de gestão participativa na cidade de Catolé do Rocha, a maioria deu como resposta a não existência da gestão na cidade, porém, 03 (três) vereadores foram contrários a essa fala, expressando opinião para existência de práticas de gestão participativa, mas suas falas expressam não uma convicção e sim uma suspeita de que existe essa prática no município.

“Deve existir em órgãos colegiados” (V1).

“Sim” (V2).

“Existe uma pequena gama de gestão participativa de fato pela sociedade, em vários aspectos na câmara dos vereadores de Catolé do Rocha” (V7).

Para a maioria dos pesquisados, quando questionados onde são utilizadas as práticas de gestão, foram relatados que não eram utilizadas essas práticas no município, já alguns relataram a existência.

“Pode existir nas escolas, conselhos municipais, entre outros” (V1).

“Conselho, associações comunitárias” (V2).

“As práticas de gestão participativa, devem ser usadas onde quer que seja necessário, em defesa dos interesses do povo” (V5).

Quando questionados sobre a efetiva participação dos conselhos municipais e das entidades e organizações públicas e privadas nas práticas de gestão participativa existentes no município em sua unanimidade, os entrevistados confirmaram a não participação, como também afirmaram que a população da cidade de Catolé do Rocha não tem conhecimento sobre o que é gestão participativa.

Na opinião dos vereadores, o envolvimento da sociedade civil na gestão participativa seria de grande importância na melhoria da administração pública, devido à contribuição que a sociedade daria através de suas opiniões e reivindicações sobre os problemas existentes que muitas vezes não é de conhecimento do gestor, de acordo com suas transcrições:

“A melhor possível, uma vez que as deficiências possam ser vistas e observadas, para que as falhas venham a ser sanadas” (V1).

“Melhoraria nas questões de saneamento básico, saúde e educação” (V2).

“Seria de grande relevância, pois poderíamos ajudar o gestor a fazer uma boa administração. Através de um bom planejamento é possível se administrar bem” (V3).

“Seria importante para tomar conhecimento do que acontece na administração pública e opinar nas decisões” (V4).

“Descentralização dos deveres e o envolvimento no trabalho que não é só do gestor, mas que todos que fazem a comunidade” (V5).

“É de grande importância porque ficaria mais fácil o gestor municipal atender os pleitos que necessariamente atinge as reivindicações de toda população catoleense” (V6).

“A participação da sociedade na gestão participativa é de grande importância e valia para o município. No entanto, como já relatado na questão anterior, pode ainda não estar preparada, no

sentido de uma imparcialidade política, que tenha unicamente como premissas o desenvolvimento social municipal” (V7).

“É importante para garantir o exercício da democracia para além dos espaços por meio do poder e de representatividade eleitoral, pois levará em conta, essa participação o conjunto de interesses da população” (V8).

Quando questionados em que melhoraria a administração da câmara e da prefeitura municipal com a implantação de uma gestão participativa, obteve-se como totalidade das respostas uma melhor transparência e participação da população nas ações e no controle do uso de recursos financeiros.

“Melhor qualidade de vida para toda a população” (V1).

“Melhoraria nas ações feita pela câmara e prefeitura” (V2).

“Traria para a população mais transparência em todos os sentidos e facilitaria a execução dos projetos que por ventura venham a existir” (V3).

“Os gestores estariam trabalhando com o que o povo opina e seria mais transparente evitando assim dúvidas que venham a existir” (V4).

“Desde que as entidades de classe dos clubes de serviço, as igrejas e os conselhos municipais melhoraria a coleta de ideias” (V5).

“Melhoraria na escolha das obras que efetivamente a população necessita” (V6).

“Gestão participativa se teria uma melhoria na própria administração sem se retirar a autoridade admitida do próprio administrador, mas como um meio de auxiliar e alertar sobre as necessidades sociais de como melhor utilizar o orçamento e recursos na construção de obras e políticas públicas, na lei orgânica e várias outras atividades” (V7).

“Seria o mesmo que fomentar a intervenção da população nas políticas públicas ou seja geraria uma democratização do poder sobre o uso dos recursos financeiros e sobre a definição e implementação de políticas públicas” (V8).

De acordo com as respostas acerca do que o município ganharia com a implantação da gestão participativa, o resultado da pesquisa mostrou o seguinte cenário: com a participação da população e suas opiniões haveria uma maior

credibilidade, agilidade e transparência na implantação de programas para o benefício do município.

“Mais eficiência nas ações governamentais, com isso, dias melhores para toda a sociedade” (V1).

“Melhoraria em todos os setores” (V2).

“Credibilidade e agilidade em todos os programas. Também podemos acrescentar uma eficiência melhor na administração” (V3).

“Mais transparências nas tomadas de decisões” (V4).

“A participação do povo e conseqüentemente os acertos na prestação de serviços em benefício do povo” (V5).

“Mais credibilidade dos políticos municipais” (V6).

“Seria um ganho de um aliado que, no entanto, deveria não se opor ao sistema político, como se percebe no município de Catolé do Rocha, mas deveria de forma imparcial com relação a política partidária, auxiliar na administração e gestão do município” (V7).

“A consolidação da cidadania, equidade social, um melhor uso dos recursos financeiros, uma gestão mais justa, eficiente e eficaz” (V8).

Quando questionados quanto à gestão orçamentária participativa, o que observa-se na opinião da maioria seria de grande importância para uma melhor aplicação dos recursos financeiros e conseqüentemente traria mais desenvolvimento para o município, porém, houve divergências quanto a este questionamento como transcrito nas falas abaixo:

“Mais transparências nas ações governamentais e melhor aplicação dos recursos financeiros da parte social” (V1).

“Acho complicado, porque não existe consenso devido a política” (V2).

“É um ponto muito importante pois hoje temos apenas um orçamento pré-fabricado, onde na verdade as prioridades são colocadas de acordo com os interesses de apenas o administrador e não da sociedade” (V3).

“Melhora, por que o povo irá opinar no que está precisando” (V4).

“A oportunidade que a câmara e todas as entidades de serviços possam opinar, com certeza os acertos serão maiores” (V5).

“De grande importância pelo desenvolvimento do município” (V6).

“Este instrumento é de suma importância, vez que confere legitimidade para os cidadãos, partidos políticos, associações ou sindicatos na forma da lei, permitindo denunciar irregularidade ou ilegalidade perante o Tribunal de Contas da União. Tornando direito participar das definições das prioridades da utilização dos recursos públicos e na execução das políticas públicas” (V7).

“A consolidação da democracia, oportuniza a população a participar das decisões importantes na busca das melhoras sociais que o nosso município necessita” (V8).

5 CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar a visão dos vereadores sobre o modelo de gestão participativa, a partir de questionários aplicados com os vereadores do Município de Catolé do Rocha – PB.

Nota-se nas respostas obtidas nas entrevistas com os vereadores, que a câmara é composta hoje de membros com diversas faixa etárias de idade e com quantidades de mandatos diferentes.

Com relação ao objetivo geral desta pesquisa, que é analisar e conhecer o ponto de vista dos vereadores a respeito de práticas de gestão participativa e sua aplicabilidade no Município de Catolé do Rocha-PB pode-se observar que há uma visão ainda distante e pouco compreendida do que realmente é Gestão Participativa. Em parte, os entrevistados apresentaram conhecimento, ainda que superficial sobre o assunto. Não há uma clareza de como utilizá-la e de como adotar essas práticas no município.

A pesquisa mostrou que há uma grande necessidade de conhecimento acerca dos processos da gestão participativa, não só por parte dos gestores, mais também por parte da população. Os benefícios para o desenvolvimento do município advindo da prática de uma gestão participativa ainda não são vistos com clareza, já que pouco se conhece sobre essa prática no município de Catolé do Rocha.

A contribuição desta pesquisa é fazer com que haja uma reflexão sobre o modelo de gestão em prática no município. Que os gestores e a população possam observar os desafios que devem ser enfrentados, quais as instituições, projetos e práticas políticas que podem contribuir para a construção de um governo local comprometido com a cidadania e a democracia.

É fundamental para o sucesso de uma gestão, que quer ter a população como coparticipante, começar a discutir seus projetos de gestão com transparência, coerência e a efetiva participação popular.

REFERÊNCIAS

- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BASTOS, P. S. M. *Gestão participativa: Um estudo no setor de tecnologia da informação em Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade do Estado de Santa Catarina – Florianópolis, 2007.
- BELTRÃO, J. A. R. *A gestão participativa e o desenvolvimento institucional na união de tecnologia e escolas de Santa Catarina – UDESC*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, 2006.
- CALADO, A. J. F. Introdução: sociedade e cidadania – o protagonismo dos movimentos sociais populares. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira (organizador). *Movimentos sociais e cidadania: um enfoque multifacetado*. João Pessoa: Idéia, 2000.
- CGU. O vereador e a fiscalização dos recursos públicos municipais / Presidência da República, Controladoria-Geral da União. —Brasília, 2009.
- COSTA, S. *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- GIDDENS, A. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP Editora, 1992.
- IBGE. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2346O>> Acesso em 12 de novembro de 2014.
- LOUREIRO C. F. B.; CUNHA, C. C. *Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática*. Revista Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 11, n. 2, p. 237-253, jul-dez, 2008.
- LOPEZ, F. G. *As relações entre Executivo e Legislativo no Município de Araruama-RJ*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- LÜCHMANN, L. H. H. *A representação no interior das experiências de participação*. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.
- MINAYO M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro – São Paulo, Abrasco – Hucitec; 1992.
- MÜLLER, F. *Quem é o povo? Trad. Peter Naumann*. São Paulo; Max Limonad, 2000.
- PAIM, I.; NEHMY, R.M.Q. *Questões sobre avaliação da informação: uma abordagem inspirada em Giddens*. Perspect. Cien. Inf. v. 3,n. 1, p. 81-95, jul./dez.1998.

SANTOS, B.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. (org.) *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 39-82, 2002.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ADAPTAÇÕES ASCOM. *Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha – PB*. História. Disponível em: <<http://www.catoledorochoa.pb.gov.br/acidade/historia>>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

VIDAL, F. A. B.; MENEZES, M. I. C. B. B.; COSTA, D. P. B.; COSTA, S. P. B. *Gestão participativa e voluntariado: sinais de uma racionalidade substantiva na administração de organizações do Terceiro Setor*. In: XXVIII ENANPAD. Anais em CD. Curitiba:Anpad. Setembro, 2004.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - PNAP
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

QUESTIONÁRIO POLO CATOLÉ DO ROCHA

GESTÃO PARTICIPATIVA - VISÃO DOS VEREADORES DE CATOLÉ DO ROCHA – PB SOBRE ESSE MODELO DE GESTÃO.

1. Nome: _____ Idade: _____ (opcional)
2. Profissão: _____
3. Quantos mandatos como vereador?

4. O que você entende por gestão participativa.

5. Existe gestão participativa em Catolé do Rocha?

6. Cite quais são e onde são utilizadas as práticas de gestão participativa.

7. Existe a efetiva participação dos conselhos municipais, do ministério público, das organizações governamentais e não-governamentais e dos diversos segmentos da sociedade civil organizada nas práticas de gestão participativa existente no município?

8. Em sua opinião a população de Catolé do Rocha sabe o que é Gestão Participativa?

9. Em sua opinião, qual a importância da participação da sociedade civil de Catolé do Rocha na gestão participativa?

10. Em sua opinião em que melhoraria a administração da câmara municipal e da prefeitura com a implantação de uma gestão participativa?

11. O que o município ganharia com a implantação da gestão participativa?

12. Qual a sua opinião sobre a importância da Gestão orçamentária participativa para o município?

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA - PNAP
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

TERMO DE CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO DA PESQUISA:

Eu, _____ RG nº: _____
_____, li a descrição do estudo e, não havendo qualquer dúvida concordo em participar do mesmo. Confirmando que recebi cópia do termo de esclarecimento para participação da pesquisa. Compreendo que minha participação é voluntária e que posso desistir de continuar o estudo. Autorizo a liberação dos dados obtidos para apresentação em eventos científicos e publicações, desde que minha identidade seja protegida.

Catolé do Rocha ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Entrevistado